

Da Falência de um Govêrno

11. III. 52.

Já não há quem negue a falência do atual govêrno. Nem os seus amigos a dissimulam, embora procurem atenuá-la ou justificá-la. Leiam-se, por exemplo, os jornais officiosos. Pintam-nos o Chefe da Nação, a respeito de cujas virtudes não admitem a menor duvida, como desamparado, senão traído por seus auxiliares, enquanto o País vai sossobrando.

Ser esta uma nação sem govêrno é, pois, a realidade que todos reconhecem, inclusive os amigos do govêrno. De quem é, porém, a culpa, se estamos sem govêrno? No regime presidencial, que é o nosso, tanto a culpa do desgovêrno, como a gloria do bom govêrno cabem a um só homem — o Presidente da República — já que exclusivamente do seu alvedrio dependem os seus auxiliares, que êle pode livremente nomear e demitir. Explicar, pois, a falência do govêrno pela incapacidade dos ministros, pela ineficiência da administração, é confessar que o presidente da República falhou e não soube alçar-se à altura das suas responsabilidades.

Não soube, em primeiro lugar, escolher com acêrto os seus auxiliares. Este é, sem duvida, o mais importante predicado do Chefe do Estado. Se Rodrigues Alves fez, como se reconhece, o melhor govêrno da República, deve-o, principalmente, a ter tido dedo na nomeação dos seus colaboradores imediatos. Reconhecer, pois, que o sr. Getulio Vargas está mal servido, é confessar que falhou na primeira e mais importante operação de govêrno.

Não o percebe êle? E, percebendo-o, não se dispõe a remediá-lo, nem depois de decorrido mais de um ano de infeliz experiência? Então falhou duplamente, acumulou êrro sobre êrro e não há como exculpa-lo. Que êle se enganasse inicialmente na escolha, pode-se admitir, embora não lhe recomende a penetração e a experiencia. Por caiporismo, poderia acontecer a qualquer pessoa. Mas que, visto e apontado o êrro por seus proprios amigos, êle não o procure corrigir, constitui, por certo, a mais cabal demonstração de ineptia de um homem público.

A responsabilidade do desgovêrno cabe, pois, inteiramente ao Presidente da República. Constitucionalmente, êle a tem, pois goza de inteira liberdade na escolha dos seus auxiliares; moralmente, êle a agrava, pois nada faz por os substituir, ou emendar. Não adianta criticar, censurar, vituperar os ministros: por trás deles, movendo-os como a titeres, está o Presidente da República. A êste somente se devem dirigir as censuras, se o espetáculo não agrada, como a êle se dirigiam fatalmente os louvores, se o govêrno satisfizesse.

De toda forma, que a Nação está atualmente sem govêrno é ponto pacífico. Quem ainda tiver dúvidas, nada mais terá que fazer, senão abrir os órgãos officiosos, que, procurando explicar e justificar a falência, a estão reconhecendo. Mas — e aqui está a gravidade maxima do caso — o sr. Getúlio Vargas recebeu um mandato irrestingivel de cinco anos e, tendo dele decorrido um ano, à Nação não cabe outro recurso mais do que continuar sem governo ainda por quatro anos, a não ser que, por verdadeiro milagre, a personalidade do Presidente da República passe subitamente por uma transformação radical. O que o regime preceitua, é que suportemos a desgraça até o fim; se ela terminar antes, não será mérito do regime, não terá sucedido por êle, senão apesar dele. Terá sido uma dádiva do Céu.

Ninguém, a não ser um insensato, desejaria que o sr. Getúlio Vargas não chegasse normalmente ao fim do seu govêrno.

Suportá-lo desde que êle se mantenha dentro de certos limites, ainda é a menor das desgraças. *Dura lex, sed lex*. Expiar até o fim o seu êrro, que foi êrro consciente, pois se, em 1929 o sr. Getúlio Vargas enganou a muita gente, em 1950 já ninguem tinha o direito de enganar-se com êle, expiar até o fim o seu êrro, é o que cumpre a êste povo. O que, porém, não se justificaria, nem se poderia explicar a não ser pela mais completa insensibilidade cívica, é que não se procurasse modificar tão nefasto regime político, que faz do govêrno uma ruinoso loteria, a correr de cinco em cinco anos. Temos agora Getúlio Vargas e todos os seus incontaveis maleficios. A quem se adjudicará depois o País, por mais cinco anos? Esta é a tremenda questão.

Correremos mais uma vez o risco de resolvê-la, ou mudaremos de rumo antes disto, antes que seja demasiado tarde para o fazer? A Câmara dos Deputados já possui em seu seio uma grande maioria favoravel à implantação do sistema parlamentar; o Senado parece ir no mesmo caminho. Preciso é, porem, que a Nação, até agora relegada a um plano secundário pela República, desperte da sua letargia e manifeste, por suas forças vivas, a sua solidaciedade aos reformistas.